



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **19 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 15 de fevereiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO CHINA SE TORNA SEGUNDA MAIOR ECONOMIA MUNDIAL VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL SAI EM ATÉ 60 DIAS VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO O MITO JAPONÊS VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Nova política industrial sai em até 60 dias VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR ECONÔMICO IMPORTADOS TÊM FATIA RECORDE NO CONSUMO VEICULAÇÃO NACIONAL	6
JORNAL COLETIVO Receita faz cerco na Feira dos Importados VEICULAÇÃO NACIONAL	7
PORTAL DA AMAZÔNIA Suframa estreita relações comerciais com empresários da Venezuela e Japão VEICULAÇÃO NACIONAL	8
VALOR Indústria aumenta preços e sofisticada linhas de produtos VEICULAÇÃO NACIONAL	9
VALOR A política industrial e a concorrência :: Ricardo Machado Ruiz VEICULAÇÃO NACIONAL	10
VALOR Indústria aumenta preços e sofisticada linhas de produtos VEICULAÇÃO NACIONAL	12
BRASIL ECONÔMICO-SP GOVERNO REFORÇA CAIXA DO BNDES PARA FINANCIAR COMPRA DE MÁQUINAS VEICULAÇÃO NACIONAL	13
BRASIL ECONÔMICO-SP DILMA INDICA MAURICIO BORGES PARA COMANDAR AGÊNCIA DE INCENTIVO ÀS EXPORTAÇÕES VEICULAÇÃO NACIONAL	14
BRASIL ECONÔMICO-SP NOVO PDP SERÁ ANUNCIADO EM 60 DIAS VEICULAÇÃO NACIONAL	15
BRASIL ECONÔMICO-SP SALDO DA BALANÇA SOMA US\$ 1,4 BI; PIMENTEL ESPERA SUPERÁVIT DE US\$ 10 BI EM 2011 VEICULAÇÃO NACIONAL	16
BRASIL ECONÔMICO-SP AGÊNCIA PROMOVE EXPANSÃO COMERCIAL VEICULAÇÃO NACIONAL	17
BRASIL ECONÔMICO-SP NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL SAI EM 60 DIAS VEICULAÇÃO NACIONAL	18
SITE FERNANDO PIMENTEL Política de Desenvolvimento Produtivo VEICULAÇÃO NACIONAL	19
COOPERATIVISMO / SITE Urucará (AM) ganha cooperativa de pesca VEICULAÇÃO NACIONAL	20
SEGS / SITE INCENTIVO FEDERAL À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA VEICULAÇÃO NACIONAL	21

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO CHINA SE TORNA SEGUNDA MAIOR ECONOMIA MUNDIAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

PIB chinês chegou a US\$ 5,88 trilhões ante US\$ 5,47 trilhões do Japão, que anunciou crescimento de 3,9% no ano passado

Cláudia Trevisan - O Estado de S.Paulo

Apesar de ter crescido 3,9% no ano passado, o Japão perdeu oficialmente para a China o posto de segunda maior economia do mundo que ocupou durante quatro décadas. Autoridades de Tóquio informaram ontem que o **PIB** de 2010 ficou em US\$ 5,47 trilhões, abaixo dos US\$ 5,88 trilhões do vizinho emergente.

A diferença de US\$ 410 bilhões entre os dois países supera o tamanho da economia da Argentina, que atingiu US\$ 351 bilhões no ano passado, segundo cálculo elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O resultado era impensável há uma década, quando o Produto Interno Bruto (**PIB**) chinês representava apenas um terço do japonês, e reflete tanto o dinamismo da China como a estagnação que o Japão enfrenta há duas décadas.

No entanto, os 1,3 bilhão de habitantes da China, agora a segunda maior economia do mundo, continuam bem mais pobres que os 128 milhões de japonesas, na terceira posição - o **PIB** per capita chinês equivale a cerca de um décimo dos US\$ 43 mil dos japoneses.

Potência. No ritmo atual, a China deverá superar os Estados Unidos e se tornar a maior economia do mundo até 2030.

A ultrapassagem ocorrerá cerca de 15 anos antes se for considerado o valor do **PIB** pela Paridade de Poder de Compra (PPP, na sigla em inglês), cuja equação contempla o impacto dos preços relativos na economia de cada país.

A espetacular história da expansão chinesa começou a ser escrita em 1978, quando Deng Xiaoping (1904-1997)

obteve apoio dentro do Partido Comunista para implantar sua política de abertura e integração gradual do país à economia mundial.

Naquela época, a China estava isolada e destroçada pela trágica experiência da Revolução Cultural (1966-1976). O **PIB** per capita não chegava a US\$ 300 ao ano, muito ruim se comparado com os US\$ 9 mil dos japoneses.

Reformas. As reformas iniciadas por Deng levaram a China a um crescimento médio de quase 10% ao ano nas últimas três décadas, algo inédito na história recente da humanidade. Os principais motores dessa expansão foram os investimentos e as **exportações**.

O grande desafio dos dirigentes de Pequim é mudar o padrão de crescimento e aumentar a participação e influência do consumo doméstico no resultado do **PIB**.

Se conseguir essa transição, a China aumentará sua relevância como uma das principais turbinas responsáveis pela expansão mundial. O país é o principal destino das **exportações** do Japão e sua demanda foi um dos fatores que levaram aos 3,9% de crescimento no ano passado.

Apesar do resultado positivo, a economia japonesa encolheu 0,3% no quarto trimestre - ou 1,1% anualizado na comparação com o mesmo período de 2009. A contração decorreu principalmente da queda no consumo interno provocada pelo fim dos subsídios adotados depois da crise financeira global. Ainda assim, a contração foi menor que projetado por analistas. Eles esperavam uma queda de 0,5%.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL SAI EM ATÉ 60 DIAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Programa de desenvolvimento produtivo dará prioridade à inovação e mão de obra

Paula Pacheco - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff deu um prazo entre 45 e 60 dias para a apresentação da nova versão da Política de **Desenvolvimento** Produtivo, a PDP 2, disse ontem o ministro Fernando **PIM**entel, do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, em encontro na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo.

"Vamos trabalhar com o setor privado ao longo do mês de março, no máximo até meados de abril, e teremos as definições da segunda etapa da PDP", disse **PIM**entel. Uma das ferramentas será a reativação do Conselho Nacional de **Desenvolvimento** Industrial, criado no governo Lula. "Será o principal canal de interlocução com o setor privado." Na sua composição estão 14 representantes do setor industrial e 15 do governo.

Um dos focos, segundo **PIM**entel, será a inovação e a qualificação de mão de obra, com a criação de centros técnicos de especialização. O ministro sugeriu no encontro com representantes de associações que, ao mesmo tempo que se recolha sugestões com o setor produtivo para a estruturação da PDP, que se discuta uma estratégia de **comércio** exterior. "Não tem sentido fazer uma política de **desenvolvimento** produtivo se não definirmos quais cadeias produtivas e os produtos que serão tratados com prioridade num primeiro momento", afirmou.

Paralelamente a essa proposta, ainda neste mês está programada uma reunião da Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) para definir os produtos que entrarão numa lista de proteção do governo com o aumento das alíquotas de **importação**. "Nós vamos defender as nossas indústrias dos ataques que fogem à regra da Organização Mundial do **Comércio**, ativando os mecanismos comerciais".

PIMentel trabalha com uma previsão de saldo na balança comercial em 2011 na casa dos US\$ 10 bilhões.

"Temos de avançar na direção de defender a nossa indústria e recuperar o espaço que tínhamos na **exportação** de manufaturados."

O ministro também confirmou, conforme antecipou o Estado, que o Programa de Sustentação de Investimento (PSI), com previsão para terminar em 31 de março, será renovado e passará a ser uma política definitiva do **Governo Federal**, não mais sujeita a renovações. A medida provisória que detalha as condições do programa será publicada até amanhã.

Pelas regras atuais, o programa possibilita a compra de máquinas e equipamentos a juros fixos de 5,5% ao ano, financiada em 10 anos e com carência de dois anos. A pequena e média empresa pode pegar 30% do valor e usar como capital de giro. Ainda não se sabe qual será a nova taxa de juros, apenas que será maior do que a atual.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO O MITO JAPONÊS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O crescimento do Japão é baixo, mas o avanço do PIB é alcançado mesmo com o envelhecimento da população trabalhadora

Daniel Gros, Project Syndicate - O Estado de S.Paulo

A primeira década deste século começou com a chamada bolha das pontocom. Quando ela estourou, os bancos centrais agiram para abrandar a política monetária e impedir um período prolongado de crescimento lento ao estilo japonês. Mas o período prolongado de taxas de juros baixas que se seguiu à recessão de 2001 antes contribuiu para o surgimento de outra bolha, desta vez nos setores imobiliário e de crédito.

Com o colapso da segunda bolha em uma década, os bancos centrais agiram rapidamente, baixando as taxas a zero em quase toda parte. Recentemente, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) esteve envolvido numa rodada sem precedente de "alívio monetário" na tentativa de acelerar a recuperação.

A formulação de políticas econômicas é dominada por "lições aprendidas" da história econômica. Mas a lição aprendida com o caso do Japão é em grande parte um mito. A base para o conto de terror do Japão é que seu Produto Interno Bruto cresceu na última década numa taxa média anual de apenas 0,6%, ante 1,7% nos Estados Unidos. A diferença é menor do que em geral se supõe, mas à primeira vista uma taxa de crescimento de 0,6% permite qualificar uma década como perdida.

Segundo esse padrão, pode-se argumentar que boa parte da Europa também "perdeu" a última década, pois a Alemanha registrou as mesmas taxas de crescimento que o Japão (0,6%) e a Itália se saiu ainda pior (0,2%); somente a França e Espanha tiveram um desempenho melhor.

Mas esse quadro de estagnação é enganoso porque deixa de fora um fator **importante**, a demografia.

Como se pode comparar históricos de crescimento num grupo de países desenvolvidos similares? A melhor medida não é o crescimento do **PIB** total, mas o crescimento da renda por pessoa da população economicamente ativa (não per capita). Esse último elemento é **importante** porque só a

população economicamente ativa (PEA) representa o potencial produtivo de uma economia. Se dois países alcançam o mesmo crescimento da renda média da PEA, deve-se concluir que ambos têm sido igualmente eficientes em usar seu potencial, mesmo que suas taxas de crescimento do **PIB** sejam diferentes.

Quando se observa **PIB/PEA**, obtém-se um resultado surpreendente: o Japão na verdade se saiu melhor que os Estados Unidos e a maioria dos países europeus na última década. A razão é simples: as taxas de crescimento geral do Japão foram muito baixas, mas o crescimento foi alcançado apesar do encolhimento da população economicamente ativa.

A diferença entre o Japão e os Estados Unidos é instrutiva aqui: em termos de crescimento do **PIB** total, ela foi de aproximadamente um ponto porcentual, mas maior em termos de taxas de crescimento anual da PEA - mais de 1,5 ponto porcentual, dado que a PEA americana cresceu 0,8%, enquanto a do Japão encolheu na mesma proporção.

Outra indicação de que o Japão usou seu potencial é que a taxa de desemprego foi constante durante a última década. Por contraste, a taxa de desemprego americana quase dobrou, aproximando-se de 10%.

Pode-se concluir, portanto, que os Estados Unidos deveriam tomar o Japão como exemplo de como espremer o máximo de crescimento de um potencial limitado.

As diferenças demográficas são **importantes** não só para comparar Japão e Estados Unidos, mas também para explicar a maioria das diferenças nas taxas de crescimento de longo prazo em economias desenvolvidas. Uma boa regra prática para as taxas de crescimento médias dos países do G-7 seria atribuir cerca de um ponto porcentual em ganhos de produtividade para a taxa de crescimento da população economicamente ativa. Os EUA se saíram ligeiramente pior que o sugerido por essa medida tosca: o Japão se deu um pouco melhor; e a maioria dos outros países ricos chegou muito perto. Olhando para a próxima década, essa análise sugere que se pode prever a taxas de crescimento relativas dos países ricos com base no padrão de crescimento de suas populações economicamente ativas.

Nessa base, o declínio relativo do Japão como uma grande potência econômica prosseguirá na medida em que

sua população economicamente ativa continuará encolhendo em cerca de 1% ao ano. Alemanha e Itália mostram cada vez mais padrões de declínio japoneses em suas populações economicamente ativas, e por isso provavelmente vão crescer muito pouco também.

No caso da Alemanha, observa-se uma anomalia demográfica interessante: de 2005 a 2015, a população economicamente ativa está estabilizada. Mas isso será seguido por um declínio acelerado, pois a PEA declinará mais rápido que no Japão. A força atual da economia alemã se deve parcialmente também a sua temporária estabilidade demográfica. Mas um cenário ao estilo japonês parece inevitável após 2015. Por contraste, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França provavelmente crescerão mais rápido pelas simples razão de que suas populações economicamente ativas continuam crescendo.

Dois lições emergem dessa consideração da influência de fatores demográficos no crescimento econômico.

Primeiro, a ideia de uma "década perdida" em estilo japonês é enganosa - mesmo quando aplicada ao Japão. O crescimento lento do Japão na última década não se deveu a políticas macroeconômicas insuficientes, mas a uma tendência demográfica desfavorável.

Segundo, uma nova desaceleração das taxas de crescimento de países ricos parece inevitável, dado que mesmo nos países mais dinâmicos as taxas de crescimento da população economicamente ativa estão declinando. Nos menos dinâmicos, como Japão e Alemanha, uma estagnação parece inevitável. / TRADUÇÃO DE CELSO M. PACIORNIK É DIRETOR DO CENTRE FOR EUROPEAN POLICY STUDIES

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Nova política industrial sai em até 60 dias		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Programa de desenvolvimento produtivo dará prioridade à inovação e mão de obra

Paula Pacheco - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff deu um prazo entre 45 e 60 dias para a apresentação da nova versão da Política de **Desenvolvimento** Produtivo, a PDP 2, disse ontem o ministro Fernando **PIM**entel, do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, em encontro na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo.

"Vamos trabalhar com o setor privado ao longo do mês de março, no máximo até meados de abril, e teremos as definições da segunda etapa da PDP", disse **PIM**entel. Uma das ferramentas será a reativação do Conselho Nacional de **Desenvolvimento** Industrial, criado no governo Lula. "Será o principal canal de interlocução com o setor privado." Na sua composição estão 14 representantes do setor industrial e 15 do governo.

Um dos focos, segundo **PIM**entel, será a inovação e a qualificação de mão de obra, com a criação de centros técnicos de especialização. O ministro sugeriu no encontro com representantes de associações que, ao mesmo tempo que se recolha sugestões com o setor produtivo para a estruturação da PDP, que se discuta uma estratégia de **comércio** exterior. "Não tem sentido fazer uma política de **desenvolvimento** produtivo se não definirmos quais cadeias produtivas e os produtos que serão tratados com prioridade num primeiro momento", afirmou.

Paralelamente a essa proposta, ainda neste mês está programada uma reunião da Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) para definir os produtos que entrarão numa lista de proteção do governo com o aumento das alíquotas de **importação**. "Nós vamos defender as nossas indústrias dos ataques que fogem à regra da Organização Mundial do **Comércio**, ativando os mecanismos comerciais".

PIMentel trabalha com uma previsão de saldo na balança comercial em 2011 na casa dos US\$ 10 bilhões. "Temos de avançar na direção de defender a nossa indústria e recuperar o espaço que tínhamos na **exportação** de manufaturados."

O ministro também confirmou, conforme antecipou o Estado, que o Programa de Sustentação de Investimento (PSI), com previsão para terminar em 31 de março, será renovado e passará a ser uma política definitiva do **Governo Federal**, não mais sujeita a renovações. A medida provisória que detalha as condições do programa será publicada até amanhã.

Pelas regras atuais, o programa possibilita a compra de máquinas e equipamentos a juros fixos de 5,5% ao ano, financiada em 10 anos e com carência de dois anos. A pequena e média empresa pode pegar 30% do valor e usar como capital de giro. Ainda não se sabe qual será a nova taxa de juros, apenas que será maior do que a atual.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO IMPORTADOS TÊM FATIA RECORDE NO CONSUMO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De São Paulo

A indústria brasileira aumentou ligeiramente a parcela da **produção** destinada para **exportações** e viu fatias de **mercados** serem perdidas pela entrada de produtos **importados** no ano passado. Em 2010, os **importados** preencheram 21,8% da demanda nacional por produtos manufaturados, superando em 3,5 pontos percentuais os 18,3% de 2009. Foi o maior valor já registrado na série histórica do coeficiente de **importação**, iniciada em 2003. Já a participação das **exportações** sobre a **produção** nacional subiu de 18% para 18,9% na mesma base de comparação, de acordo com levantamento do Departamento de Relações Internacionais e **Comércio** Exterior (Derex) da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). Segundo o estudo, os produtos **importados** ficaram com 46,8% da expansão do consumo doméstico no ano passado.

Apesar do forte avanço das **importações** nos últimos meses, o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**

Exterior, Fernando **PIM**entel, acredita que o **Brasil** ainda registrará superávit comercial em 2011.

"Eu acho que o saldo da balança comercial vai ser positivo neste ano, pelo menos na casa dos US\$ 10 bilhões, talvez mais", disse, depois de participar de reunião promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo, ontem.

A balança comercial apresentou superávit de US\$ 548 milhões na segunda semana de fevereiro, com 5 dias úteis. Foram US\$ 4,226 bilhões em **exportações** e US\$ 3,678 bilhões em **importações**. No ano, o saldo da balança comercial atingiu US\$ 1,404 bilhão, resultante de **exportações** de US\$ 22,972 bilhões e **importações** de US\$ 21,568 bilhões. (Agências noticiosas)

	VEÍCULO JORNAL COLETIVO	EDITORIA	
	TÍTULO Receita faz cerco na Feira dos <u>Importados</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Segundo inspetor que realizou a fiscalização, chega a 100 o percentual de produtos ilegais Tamanho da Fonte Ludmila Mendonça Jornal Coletivo Britollegais poderão ser autuados por descaminho, sonegação fiscal e ou por contrabando A Receita Federal, em ação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), desencadeou a Operação Feira Legal, na Feira do Importados, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). O objetivo da ação, realizada na manhã de hoje, foi retirar produtos eletro-eletrônicos de 18 bancas que possuem produtos importados com indícios de que foram adquiridos de forma irregular.

Participaram da operação um helicóptero, que fez rondas na região para garantir a segurança da população que estava no local, cerca de 60 agentes da PRF, 40 da Receita Federal e três cães farejadores que foram usados para procurar drogas e vestígios de pólvora. As fichas criminais dos feirantes também foram levantadas durante a ação.

De acordo com o inspetor-chefe da Receita Federal do DF, Wagner Castro, o setor de inteligência do órgão realizou monitoramento na feira, durante seis meses, para descobrir as bancas com suspeita de contrabando e com

produtos estrangeiros irregulares. Deste trabalho, foram localizados 18 quiosques. “Vamos apreender todos os produtos dessas bancas e levá-los para o depósito da Receita Federal. Os proprietários têm até 48h para nos apresentarem a declaração de importação para poder pegar os produtos de volta. Caso isso não ocorra, os materiais continuam apreendidos e os donos poderão ser autuados pelo crime de descaminho, sonegação fiscal e dependendo do caso por contrabando”, comenta o inspetor. O inspetor ainda conta que nas operações feitas na Feira 0% dos proprietários apresentam os documentos necessários e a declaração de importação. “É muito difícil eles apresentarem esses documentos”, diz.

Os produtos, normalmente chineses, entram pela fronteira terrestre e costumam não trazer garantias para os compradores. A última operação feita na Feira dos Importados ocorreu no dia 10 de outubro do ano passado em ação conjunta com a Polícia Civil do DF. Os materiais apreendidos na época foram óculos, bolsas, relógios e roupas que causou um prejuízo de R\$ 500 mil.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Suframa estreita relações comerciais com empresários da Venezuela e Japão		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com informações da Suframa.

MANAUS - Representantes do governo e iniciativa privada da Venezuela e do Japão estiveram na **SUFRAMA** para conhecer o modelo **Zona Franca** de **Manaus** e estreitar as relações comerciais com a região. O conselheiro do Departamento de Pesquisas Industriais do Mizuho Corporate Bank Ltda., Daichi Tsuchihashi, visitou a sede da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (SUFRAMA)** na última segunda-feira (14).

Ele veio à autarquia representando uma carteira de clientes que são potenciais investidores e ouviu dos técnicos da **SUFRAMA** uma detalhada palestra sobre como funciona a política de isenção de impostos federais e estaduais na **Amazônia** Ocidental. Também participaram da visita, os técnicos da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan) e do Conselho de **Desenvolvimento** do Estado do **Amazonas** (Codam) convidados pela **SUFRAMA** para ajudar a prestar esclarecimentos sobre as vantagens comparativas do modelo **ZFM**.

Foi sugerido ao conselheiro do banco japonês que divulgasse aos clientes da instituição financeira, as possibilidades de participação na VI Feira Internacional da **Amazônia** (FIAM 2011) que acontece de 26 a 29 de outubro. Daichi Tsuchihashi agradeceu o convite e informou que levará a proposta de participação na FIAM 2011 para avaliação da direção do banco Mizuho.

Venezuela

Na última sexta-feira, 11, empresários e dirigentes do governo venezuelano discutiram possibilidades de ampliação do intercâmbio comercial e da integração produtiva entre o Estado do **Amazonas** e a República Bolivariana da Venezuela. O encontro, realizado no auditório da **SUFRAMA**, contou com a participação do Ministro da Ciência e Tecnologia

da Venezuela, Ricardo Menendez, do vice-ministro das Indústrias da Venezuela, Yuri **PIM**entel, do cônsul geral da Venezuela, Emiro Brito, do embaixador da Venezuela, Maximilien Sanchez Arvelaiz, e de representantes da autarquia, de empresas do **PIM** e do Centro das Indústrias do Estado do **Amazonas** (Cieam).

A comitiva venezuelana assistiu a uma apresentação sobre o modelo **ZFM**, que incluiu dados sobre os principais produtos fabricados e **exportados** pelo Polo Industrial de **Manaus (PIM)** e os incentivos fiscais de caráter estadual e federal oferecidos, e também fizeram uma breve exposição acerca das principais oportunidades de negócios que identificam na região. Segundo a coordenadora-geral de **Comércio** Exterior da **Suframa**, Gracilene Belota, “as discussões iniciais mostraram-se proveitosas, pois notamos do lado venezuelano uma grande disposição em estreitar as relações comerciais com o **PIM** no curto prazo”, afirmou Belota.

A **Suframa** ficou encarregada de compilar os dados sobre os segmentos produtivos solicitados pelos governantes venezuelanos e enviá-los à Embaixada da Venezuela até o final desta semana. As partes também concordaram em realizar duas videoconferências, no início do mês de março, para dar continuidade às discussões de intensificação das relações comerciais e integração produtiva. (JK)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria aumenta preços e sofisticada linhas de produtos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O faturamento da indústria cresceu acima do ritmo da **produção** nos últimos meses. Enquanto a **produção** ficou praticamente estagnada no segundo semestre do ano passado, as vendas da indústria cresceram 7,7%, em valores, na comparação entre junho e dezembro, segundo estudo da Rosenberg & Associados. O faturamento real, que desconta a inflação, subiu 4,5%.

Alta da cotação de commodities, reajustes de preços em alguns setores e mudança do mix de **produção** para bens de maior valor são alguns dos motivos que explicam a disparidade, acredita a economista-chefe da Rosenberg, Thaís Marzola Zara. O aquecimento da economia, num quadro de elevação do custo de insumos **importantes**, foi decisivo para esse movimento. Entre os setores que tem maior peso na **produção** da indústria, Thaís destaca os de veículos, produtos químicos, máquinas e equipamentos, celulose e papel.

Faturamento da indústria cresce acima da **produção**

Sergio Lamucci | De São Paulo

O faturamento cresceu com mais força do que a **produção** em 12 de 19 setores da indústria nos últimos meses, segundo estudo da Rosenberg & Associados. Além dos segmentos de produtos químicos, máquinas e equipamentos, veículos e celulose e papel, também se destacam os de têxteis, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, calçados e couros e outros equipamentos de transporte.

No setor de produtos químicos, o faturamento nominal aumentou 9,9% entre junho e dezembro, feito o ajuste sazonal, enquanto a **produção** avançou 5% no período. A alta mais forte do faturamento reflete uma recuperação dos preços no segmento, que ocorre na esteira da alta de insumos **importantes** como a nafta. Depois de cair com força em 2009, devido à crise global, o petróleo e seus derivados voltaram a subir, como lembra a diretora técnica de economia e estatística da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima Ferreira.

No segundo semestre de 2010, o índice geral de volume de **produção** da Abiquim, calculado em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), teve alta de 2,5% em relação ao mesmo período de 2009, ao passo

que o indicador de preços do segmento aumentou 12%. Segundo Fátima, o que houve foi mais uma recuperação em cima de uma base muito fraca.

No setor de máquinas e equipamentos, o faturamento subiu 13,8% em termos nominais no segundo semestre, feito o ajuste sazonal. A **produção** do segmento, por sua vez, caiu 0,4% entre junho e dezembro. Nesse setor, a mudança para uma linha de produtos mais sofisticados parece a explicação mais plausível para o descolamento entre faturamento e **produção**, acredita a economista-chefe da Rosenberg, Thaís Marzola Zara. É uma estratégia usada por alguns segmentos desde antes da crise, diz ela, lembrando o caso da indústria calçadista. Sofrendo com a forte concorrência dos produtos chineses nos produtos mais básicos, o setor começou a buscar nichos de maior valor agregado. Entre junho e dezembro de 2010, o segmento de calçados e couros conseguiu elevar o faturamento nominal em 11,8%, na série com ajuste sazonal. No período, a **produção** teve queda de 8,8%.

Parte dessa disparidade no setor se explica também pelos reajustes de preços que chegaram ao varejo no ano passado. Em 2010, o item calçados e acessórios subiu 8,08% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para o economista Silvio Sales, consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o aumento expressivo das **importações** ao longo de 2010 é o motivo de maior peso para a estagnação da **produção** industrial desde abril do ano passado. Em alguns segmentos, isso limitou repasses de preços, como nos de bens duráveis, como automóveis e eletroeletrônicos.

O estudo da Rosenberg considerou os setores que aparecem ao mesmo tempo na pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sobre faturamento, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Eles equivalem a 92,5% da indústria geral pesquisada pelo IBGE", explica Thaís. A pesquisa da CNI leva em conta os valores em reais, enquanto a do IBGE mostra a evolução dos volumes produzidos.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO A política industrial e a concorrência :: Ricardo Machado Ruiz		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Há um relativo consenso entre economistas de que o crescimento econômico dos países está associado às inovações tecnológicas. Governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento estão cientes dessa conexão entre crescimento econômico e a virtuosidade inovadora de suas empresas, sejam elas de capital público, misto ou privado. Alguns deles formulam políticas que induzem o surgimento de firmas inovadoras e mesmo a reestruturação completa de indústrias. Essas ações governamentais são muitas vezes chamadas de políticas industriais.

As políticas industriais mais bem sucedidas são aquelas que buscaram construir a conexão entre a atividade inovadora, firmas e crescimento econômico. Um exemplo recente dessas políticas é a "Strategy for American Innovation: driving toward sustainable growth and quality jobs", anunciada pelo Presidente dos EUA, Barack Obama, em agosto de 2009. Nesse documento podemos encontrar explícitas intenções de induzir, catalisar e financiar atores econômicos que decidam inovar. Encontramos também a intenção de fomentar novas firmas em novos setores produtivos e reestruturar importantes indústrias.

Uma política industrial com perfil inovador e indutor do investimento tem certamente conexões com uma política concorrencial ou antitruste. Entendo que essas articulações podem ser predominantemente pró-concorrenciais e, ao mesmo tempo, em favor da inovação e geração de eficiências econômicas.

As empresas inovadoras se diferenciam de suas concorrentes construindo suas próprias estruturas geradoras de inovações. Algumas delas se articulam a outras firmas e instituições de ciência e tecnologia para obter, aprimorar e criar novos produtos ou processos produtivos. As firmas mais bem sucedidas e ousadas se tornam líderes tecnológicas, acirram a disputa concorrencial em preços, qualidade e variedade. Em alguns casos, quando os diferenciais tecnológicos são amplos e de difícil imitação, há uma concentração no mercado com exclusão de concorrentes.

Esta concentração é um resultado positivo de uma concorrência "schumpeteriana".

Nesse processo, algumas vezes são criadas indústrias oligopolizadas, mas que não podem ser consideradas ineficientes do ponto de vista da análise econômica e do direito antitruste. As agências de defesa da concorrência tendem a validar condutas, aquisições e fusões que mostram significativos e comprovados ganhos de eficiência econômica, em particular quando ligado a inovações. Tanto na integração vertical como na horizontal valem os mesmo requisitos: a presença de eficiências econômicas singulares e possíveis somente a partir do movimento estratégico das empresas envolvidas no negócio.

Existem, entretanto, situações em que a agência antitruste age para bloquear condutas e concentrações. Nesses casos a interpretação é de que a ação empresarial é "rentista", ou seja, formata negócios com capacidade de ampliar ou garantir a rentabilidade sem ter como contrapartida um aumento significativo da eficiência econômica. Nesses casos a tendência da agência antitruste é a reprovação do negócio. Em suma, nos seus fundamentos, a política concorrencial tem um viés antirentista e desse posicionamento surgem alguns polêmicos conflitos entre a perspectiva pública e aquela dos negócios privados.

Considerando a política industrial e a política concorrencial nos termos descritos acima, pode-se notar uma convergência de objetivos: as duas políticas buscam eficiências econômicas e/ou validam a inovação. Surpreendem, portanto, afirmações de que estas duas formas de intervenção pública estariam inexoravelmente em conflito ou que seriam até dimensões distintas, estanques e incomunicáveis. Alguns analistas chegam a afirmar que a política industrial amenizaria o ímpeto concorrencial. Outros consideram que seus mecanismos de indução, seleção e promoção de firmas têm um dominante viés anticoncorrencial.

É certo que existem casos onde se destacam aspectos rentistas. Contudo, essas ações não devem balizar as políticas industriais e concorrenciais. Como observa Dani Rodrik: "O que determina o sucesso de uma política industrial não é sua habilidade em selecionar vencedores, mas sua capacidade de abandonar os perdedores ("The Return of Industrial Policy", 2010).

Um modo de cercear o viés rentista que assombra qualquer política industrial é promover sua aproximação com políticas concorrenciais. Vejamos, por exemplo, as políticas de carros populares, dos genéricos e do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

Nessas políticas setoriais (que são políticas industriais!) há um conjunto de metas a serem alcançadas, por exemplo, nível de emprego e consumo, inovação de produto e redução de preços. Para induzir os agentes econômicos a alcançar essas metas, incentivos são definidos, orçados e regras de acesso são estipuladas. Por fim, a indústria passa a ser **monitorada**. Em suma, define-se um espaço concorrencial induzido por instrumentos de uma política pública.

Nesses espaços concorrenciais induzidos também valem intervenções de uma política concorrencial que bloqueiam condutas colusivas e atos de concentração considerados rentistas. O objetivo é impedir a captura dos incentivos públicos por parte de agentes rentistas e canalizá-los para

aqueles que estão imbuídos de estratégias inovadoras e geradoras de eficiências econômicas. É certo que na ausência desses comportamentos rentistas pode-se esperar disputas em preços mais acirradas, inovações tecnológicas mais intensas, maior variedade de produtos e aumento da oferta.

Em síntese, a articulação de uma política industrial com uma política concorrencial é possível e mesmo desejada. Em uma política são estimuladas inovações, enquanto que na outra são validados negócios com destacas eficiências econômicas. Temos, portanto, a possibilidade de construir sinergias e mesmo uma convergência de objetivos. Seria interessante pensar nessas conexões como um jogo de soma positiva.

Ricardo Machado Ruiz é conselheiro do Cade e professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria aumenta preços e sofisticada linhas de produtos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sergio Lamucci | De São Paulo

O faturamento da indústria cresceu acima do ritmo da **produção** nos últimos meses. Enquanto a **produção** ficou praticamente estagnada no segundo semestre do ano passado, as vendas da indústria cresceram 7,7%, em valores, na comparação entre junho e dezembro, com ajuste sazonal, segundo estudo da Rosenberg & Associados. O faturamento real, que desconta a inflação, subiu 4,5%.

Alta da cotação de commodities, reajustes de preços em alguns setores e mudança do mix de **produção** para bens de maior valor são alguns dos motivos que explicam a disparidade, acredita a economista-chefe da Rosenberg, Thaís Marzola Zara. O aquecimento da economia, num quadro de elevação do custo de insumos **importantes**, foi decisivo para esse movimento. Entre os setores que têm maior peso na **produção** da indústria, Thaís destaca os de veículos, produtos químicos, máquinas e equipamentos, celulose e papel.

O faturamento nominal no setor de veículos subiu 12,6% no segundo semestre, feito o ajuste sazonal, enquanto a **produção** aumentou 5%. Nesse setor, a alta do faturamento reflete mais o crescimento da participação de produtos mais caros, acredita Thaís. Esse movimento teria mais peso do que o

reajuste de preços - no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o item automóvel novo caiu 1,03%. Os carros 1.0 têm perdido algum espaço na **produção** das montadoras. Além disso, boa parte dos veículos populares incluem vários acessórios.

Setores de commodities também registraram uma alta forte do faturamento na segunda metade do ano passado. Na área de celulose e papel, as vendas nominais cresceram 14,2% no período, feito o ajuste sazonal, enquanto a **produção** aumentou 2% na comparação entre junho e dezembro. Nesse caso, a elevação de preços no **mercado** internacional ajudou a jogar as cotações para cima, diz Thaís.

O economista Sílvio Sales, consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), acredita que essa diversificação de produtos, em direção a itens mais sofisticados, é o fator mais **importante** para explicar o aumento mais forte do faturamento do que da **produção**. Aumentos de preços e ajuste de estoques em setores localizados também têm papel nesse processo, diz ele.



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO GOVERNO REFORÇA CAIXA DO <u>BNDES</u> PARA FINANCIAR COMPRA DEMÁQUINAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Tesouro vai injetar até R\$ 80 bilhões no banco de fomento para prorrogar programa que facilita aquisição de bens de capital

A prorrogação do Programa de Sustentação o Investimento (PSI), que deverá ser oficializada pelo governo nos próximos dias, vai exigir um novo aporte financeiro do Tesouro no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES). O custo da operação deverá ficar entre R\$ 44 bilhões e R\$ 80 bilhões. O programa, voltado para financiar o setor de bens de capital, terá sua taxa de juros reajustada e seus subsídios reduzidos pela metade em relação a 2010.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO DILMA INDICA MAURICIO BORGES PARA COMANDAR AGÊNCIA DE INCENTIVO ÀS EXPORTAÇÕES		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma escolheu Maurício Borges para comandar a Apex-Brasil, a agência que trabalha na promoção de produtos e serviços brasileiros no exterior. ele substituirá Alessandro Teixeira, que se tornou secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento**. Com ormação na área do direito, Borges ocupava o posto de diretor de Negócios da Apex. Ele terá um mandato de quatro anos à frente da agência.



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO NOVO PDP SERÁ ANUNCIADO EM 60 DIAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O novo Plano de **Desenvolvimento** Produtivo (PDP) será anunciado em 60 dias, segundo previsão do presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho. "A expectativa é trabalhar em ritmo acelerado", disse, lembrando que o PDP 2 terá medidas gerais e focadas "porque em várias cadeias produtivas a competitividade a indústria está sob ameaça", firmou. O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Fernando **PIM**entel, também garantiu que até meados de abril será

definida a segunda edição do PDP e classificou o resultado do diálogo mantido entre setor privado e governo sobre o tema.

O objetivo das negociações é recuperar as **exportações** de manufaturados e frear o aumento a concorrência dos **importados** no **mercado** doméstico e, ao mesmo tempo, melhorar a competitividade das empresas brasileiro no exterior. Reuters

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO SALDO DA BALANÇA SOMA US\$ 1,4 BI; PIMENTEL ESPERA SUPERÁVIT DE US\$ 10 BI EM 2011		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 980 milhões nas duas primeiras semanas do mês de fevereiro. No ano, o saldo comercial do país soma US\$ 1,4 bilhão. "Este ano o saldo comercial vai ser positivo e deve ficar em US\$ 10 bilhões", afirmou o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Fernando **PIMENTEL**. "Mas não podemos ficar passivos. Temos que defender nossa indústria ", disse.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO AGÊNCIA PROMOVE EXPANSÃO COMERCIAL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O **desenvolvimento** comercial e a internacionalização sul-coreana são incentivados, desde 1962, pela Korea Trade Investment Promotion Agency (Kotra). A agência é um órgão público, e assessora o governo na área de **comércio** internacional, à semelhança da Agência Brasileira de Promoção de **Exportação** e Investimentos (Apex). Com escritório no **Brasil** desde 1973, a Kotra local atua ainda como um posto de comando na América Latina.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL SAI EM 60 DIAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

AGNALDO BRITO

DE SÃO PAULO

O governo deve anunciar a nova política industrial em 60 dias, disse ontem o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho.

Por isso, o governo convocou a indústria a participar da formulação da nova PDP (Política de **Desenvolvimento** Produtivo).

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) vai recolher, até o dia 21, proposições de 39 associações que participaram ontem do encontro em São Paulo.

Segundo Robson Andrade, presidente da CNI, a entidade deve apresentar a pauta ao governo até o dia 1º de março.

As expectativas do governo e da indústria quanto à nova política industrial são grandes. O governo quer incluir no documento uma nova uma estratégia para o **comércio** exterior.

A indústria reivindica a redução da carga tributária para o investimento e a desoneração da folha de pagamento. Outra reivindicação do setor é ter garantias de recebimento dos créditos de **ICMS**, retidos nos Estados.

O ministro Fernando **Pimentel** (**Desenvolvimento**) diz que o foco da PDP é recuperar a competitividade.

	VEÍCULO SITE FERNANDO PIMENTEL	EDITORIA	
	TÍTULO Política de <u>Desenvolvimento Produtivo</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, Fernando PIMENTEL, disse nesta segunda-feira, 14, que, até meados de abril, deverão sair as definições da segunda etapa da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) do país. O ministro, acompanhado do presidente do **BNDES, Luciano Coutinho, participou de evento da **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, em São Paulo.**

PIMENTEL disse acreditar, ainda, que o PDP 2 terá um “foco muito claro em inovação e na qualificação da mão de obra, na criação de centros técnicos de especialização”. De acordo com ele, esse trabalho deve ser feito em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), “que já tem uma vocação”.

O presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, também sinalizou que a medida deverá sair nos próximos 60 dias. “A expectativa é a gente trabalhar em regime acelerado. Temos 60 dias para a formulação do PDP 2, com medidas gerais e focadas para várias cadeias produtivas (...) A

competitividade da indústria está ameaçada, principalmente a de transformação”, afirmou Coutinho.

Coutinho disse, ainda, que não vê dissociação sobre a política monetária e industrial do país. Para ele, contudo, manter a expectativa de inflação sob controle é uma tarefa fundamental. “O **Brasil** precisa investir mais, o maior antídoto contra inflação é mais investimento (...) O PDP é um grande impulso”, disse.

Discussão com setor

Foi para discutir essas questões e receber colaborações dos empresários, a maior parte deles do setor industrial, que **PIMENTEL** e Coutinho participaram do Fórum Nacional da Indústria, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo.

	VEÍCULO COOPERATIVISMO / SITE	EDITORIA	
	TÍTULO Urucará (AM) ganha cooperativa de pesca		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A homologação da Cooperativa Agrícola e Pesca de Urucará (Aquicoopesca) representa uma conquista histórica à economia do município e do Médio Amazonas. Isto porque o projeto de criação de peixe em cativeiro, iniciado na cidade, norteou todos os outros casos de sucesso do segmento.

"Esse início significa o resgate da cultura no município. Com a autonomia da cooperativa, em parceria com a prefeitura, ficamos isentos de qualquer manobra política inviabilizar o projeto. Então, o termo de cessão de uso, que será celebrado entre a prefeitura e a cooperativa, é para garantir nosso futuro", afirmou o cooperado, Matheus Garcia.

O resgate do projeto, é parte de um plano maior: o polo de **desenvolvimento** piscicultor do Médio **Amazonas**. O objetivo é vitalizar também outros municípios da calha como: Parintins, São Sebastião do Uatumã, Boa Vista do Ramos, Silves e Itapiranga. Fruto da parceria entre a prefeitura de Urucará e a Aquicoopesca, em regime de comodato, próximo da segunda fase de implantação, e com financiamento da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, deve concluir o laboratório técnico. Com ele, será possível produzir as próprias matrizes de tambaqui e matrinxã no

município, ao depender de doações. Este novo modelo de gestão traz autonomia aos trabalhadores envolvidos.

São 31 cooperados entre agricultores, piscultores e comerciantes, todos com grandes expectativas. A piscicultura hoje é segmento forte dentro do estado. "Com a **reprodução** de alevinos dentro de Urucará, nós entraremos para a história da economia do **Amazonas**", reafirmou Matheus.

Ao homologar a Aquicoopesca, o Sistema OCB/Sescoop-AM, traz segurança a quem investir neste negócio no Médio **Amazonas**.

"Com o CNPJ definitivo, a cooperativa pode operar no **mercado**. Com nosso apoio de avaliação participativa de cenário, a Aquicoopesca deve buscar todo apoio necessário para colocar em funcionamento toda a infraestrutura que está sendo repassada em comodato pela prefeitura de Urucará. Entendo que eles possam produzir o peixe e colocá-lo no **mercado** com qualidade e preço acessível a população", definiu Petrúcio Magalhães Jr., presidente do sistema OCB/Sescoop.

	VEÍCULO SEGS / SITE	EDITORIA	
	TÍTULO INCENTIVO FEDERAL À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O **Governo Federal**, com a publicação da Lei 11.196/05, alterada pela Lei 11.774/08, regulamentadas pelos Decretos 5.798/06 e 6.909/09, respectivamente, concede incentivos fiscais às pessoas jurídicas que investirem em atividades de pesquisa e inovação tecnológica.

O objetivo é estimular o **desenvolvimento** de novos produtos, a agregação de novas funcionalidades ou características a um produto já existente, além da melhoria de processos que impliquem em ganho de qualidade ou produtividade e resultem em maior competitividade no **mercado**.

Entre os incentivos, destacam-se a exclusão nas bases tributáveis do IRPJ e da CSLL de 60% a 80% dos gastos com atividades de pesquisa, classificáveis como despesas operacionais (de acordo com o incremento do número de pesquisadores contratados). Também foi concedida redução de 50% do IPI sobre as máquinas e os equipamentos adquiridos.

As pessoas jurídicas beneficiadas pela Lei 8.248/1991 (Lei de Informática) e Lei 8.387/1991 (mesmo para aquelas instaladas na **Zona Franca** de **Manaus**), relativas às atividades de informática e automação, poderão deduzir, para apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o

valor correspondente a até 160% ou 180% dos dispêndios realizados no período de apuração.

O rol de incentivos inclui ainda a depreciação integral, no próprio ano da aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, para apuração do IRPJ e da CSLL; amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período em que forem adquiridos os bens intangíveis, para apuração do IRPJ.

As pessoas jurídicas que pretendem se beneficiar dos incentivos fiscais obrigatoriamente devem ser tributadas pelo Lucro Real; apurar lucro tributável e base de cálculo positiva de CSLL; possuir controle dos dispêndios com as atividades de pesquisa e **desenvolvimento** de inovação; enviar formulário de informações ao **Ministério** de Ciência e Tecnologia até 31 de julho do ano seguinte; e ainda devem estar em situação regular com o Fisco.

* Christian Sfreddo é associado da

Crowe Horwath RCS no escritório de Porto Alegre